Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. ("Ferbasa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca-BA, está registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F BOVESPA).

A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização de ferroligas, ferrocromo e ferrosilício; a exploração de jazidas de minérios de cromo e cal para consumo próprio e a elaboração, execução e administração de projetos de reflorestamento para a produção de biorredutor para consumo próprio. Sua controladora é a Fundação José Carvalho, a qual tem como missão atender a crianças, adolescentes e jovens carentes, dos municípios do nordeste brasileiro, oferecendo-lhes educação básica visando à formação de indivíduos capazes de exercer a cidadania, de respeitar o ser humano em todos os seus aspectos, primando pela ética, cooperação e solidariedade, utilizando-se dos conhecimentos e das competências adquiridas, com vistas à convivência social.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2016.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), com observância às disposições contidas na CVM. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas atendem também as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, não diferirem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com certo grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira e incremento médio anual por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

(b) Provisão para fechamento de minas

A Companhia considera as estimativas dos custos de encerramento das minas como uma prática contábil crítica por envolver valores relevantes de provisão, bem como de se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer que sejam assumidas premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso de informações obtidas juntos aos gestores de fundos ou instituições financeiras com as quais a companhia mantém os instrumentos financeiros. Os valores justos reconhecidos nas demonstrações financeiras podem não representar sumariamente o montante de caixa que a companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação das operações.

(d) Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia mantém provisões para obsolescência e giro lento, relacionadas aos itens sem rotatividade há mais de 5 anos. Definição desta provisão é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, além de especialistas quando aplicável.

5 Ativos e Passivos Financeiros

5.1 Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, exceto quando são instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial (nota 5.3), no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os ativos classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(iii) Ativos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecido inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado. Os ativos mantidos até o vencimento da Companhia compreendem aplicação financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(b) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao devedor uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira; e
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia não identificou *impairment* de ativos financeiros.

5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são representados por fornecedores e financiamentos.

Passivos financeiros são reconhecidos a valor justo e, no caso de financiamentos e fornecedores, são acrescidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.3 Instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de proteção cambial (*hedge*). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente remensurados aos seus valores justos.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta remensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, no caso da adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia designa certos derivativos como *hedge accounting*, quando relacionados à operações futuras altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. A Companhia também documenta, tanto no início do hedge, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por hedge.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida como "Ajuste de avaliação patrimonial" (Outros resultados abrangentes) no patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado como "Resultado financeiro".

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objetos de hedge são liquidados. Quando o hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting*, o mesmo é descontinuado prospectivamente e todo ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido, lá permanece, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumulados que são reportados no patrimônio líquido são imediatamente transferidos para o resultado em "Resultado financeiro".

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de proteção estão divulgados na Nota 24. O valor justo total dos instrumentos derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é superior a 12 meses.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Classificação dos instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	21.429	41.108	40.641	54.680
Aplicações financeiras (i)	Valor justo	26.247	156.141	42.178	193.653
Aplicações financeiras não circulante	Mantida até o vencimento	18.178	12.191	37.386	12.191
Contas a receber	Custo amortizado	153.046	103.766	153.046	103.766
Depósitos judiciais	Custo amortizado	3.231	2.988	3.327	3.084
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	67.782	45.451	67.782	45.439
Financiamentos	Custo amortizado	1.226	957	1.226	957
Leasing	Custo amortizado	737	469	737	469
Financiamentos não circulante	Custo amortizado	15.865	11.933	15.865	11.933
Leasing não circulante	Custo amortizado		318		318
Instrumentos financeiros de proteção cambial (i)	Valor justo	85.375	1.202	85.375	1.202

(i) Nível 2 - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principal fonte de dados a Bolsas de Valores e Mercadores e Futuros - BM&FBOVESPA. Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos, com cotação pública, são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e títulos não listados em Bolsa de Valores não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, com referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

6 Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. Os prazos de recebimentos são no máximo 120 dias e não há inadimplência material. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

(d) Adiantamento a fornecedores

Os adiantamentos à fornecedores correspondem à antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia, são classificados no ativo circulante ou não circulante a depender do prazo de compensação definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(e) Ativo biológico

O ativo biológico corresponde às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e que são destinados para produção de carvão vegetal (matéria-prima utilizada na produção de ferroligas). O processo de colheita e rebrota ou replantio tem um ciclo aproximado de 6 a 7 anos. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. A variação do valor justo dos ativos biológicos é registrada no resultado do exercício. Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas, e também registrada no resultado.

A remensuração do valor justo dos ativos biológicos só é feita anualmente pela Companhia. O ganho ou perda na variação do valor justo são reconhecidos no resultado do período que ocorreu. O valor da exaustão é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada ao seu valor justo.

(f) Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada. A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas".

Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da sua vida útil restante do ativo relacionado.

(g) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Nos exercícios findos em 2015 e 2014 não foi identificado *impairment* para ativos não financeiros.

(h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(i) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta "dividendos e juros sobre capital próprio" por ser considerado como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica "dividendo adicional proposto", no grupo "reservas de lucros" no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passíveis são integralmente reconhecidos periodicamente, os valores contabilizados e as projeções são revisados.

(k) Provisões

As provisões para fechamento da mina e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

(l) Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(m) Benefícios a empregados

(i) Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e trazendo a valor presente.

(ii) Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(iii) Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

(n) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(o) Reconhecimento e receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre empresas controladas. Também são reconhecidas na linha de receita de vendas o resultado do hedge (Nota 24) e incentivo fiscal do Desenvolve (Nota 30). Sobre estes resultados não incide PIS e COFINS.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando a Companhia transfere ao comprador os riscos e benefícios relacionados à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável. Representam juros e variações monetárias e cambiais de aplicações financeiras, contas a receber, variação monetária e sobre provisões e juros sobre financiamentos, conforme demonstrado na Nota 32.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(p) Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégica da Companhia.

(q) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DENSENVOLVE", conforme apresentado a seguir:

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, nos seguintes termos:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE.
- Fixar a parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$ 1.911, corrigido este valor a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M. Esta parcela atualizada para 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 3.311.
- Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da publicação da Resolução concessiva no DOE.
- Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 65% (sessenta e cinco por cento) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE.

No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes à título de ICMS.

A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi registrada nos resultados dos exercícios de 2015 e de 2014 e está mencionada na Nota 30.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(r) Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(s) Reapresentação de cifras comparativas

Para melhor adequação das movimentações de fluxo de caixa por grupos de atividades, a Companhia reclassificou a rubrica "recompra de ações", anteriormente classificada no grupo de Atividades de Investimentos, para o grupo de Atividades de Financiamentos, para relacioná-la com a natureza que lhe deu origem.

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, controladora e consolidado, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade:

~			
DEMONSTRAÇÃO	DOS	FLUXOS	DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			Controladora			Consolidado
	Antes da Reclassificação	Transferência	Depois da Reclassificação	Antes da Reclassificação	Transferência	Depois da Reclassificação
Fluxo de caixa das atividades de Investimento						
Aquisições de imobilizado e ativos biológicos	(105.075)		(105.075)	(105.148)		(105.148)
Recebimentos de dividendos e venda de imobilizado	1.353		1.353	255		255
Aplicações financeiras e resgates	(64.389)		(64.389)	(83.855)		(83.855)
Recompra de ações	(11.204)	11.204		(11.204)	11.204	
Depósitos para reinvestimento	(1.048)		(1.048)	(1.048)		(1.048)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(180.363)	11.204	(169.159)	(201.000)	11.204	(189.796)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Financiamentos	5.551		5.551	5.551		5.551
Amortização de financiamentos	(629)		(629)	(629)		(629)
Dividendos e JCP pagos	(31.470)		(31.470)	(31.529)		(31.529)
Recompra de ações		(11.204)	(11.204)		(11.204)	(11.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(26.548)	(11.204)	(37.752)	(26.607)	(11.204)	(37.811)

Não houve qualquer impacto no balanço patrimonial, demonstração do resultado, fluxo de caixa ou movimentação do patrimônio líquido de 2014.

7 Normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2016. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo IFRS e U.S. GAAP, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.	A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.
IAS 41 - Agricultura (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)	1º de janeiro de 2016	Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, suprimento de produtos agrícolas por mais de um período, devam ser contabilizadas como imobilizado e incluídas no âmbito da IAS 16 Imobilizado, em vez da IAS 41 Agricultura.	A Administração concluiu que esta norma não terá impacto na atual prática contábil da Companhia, tampouco no cálculo do valor justo das suas florestas.
IFRS 16 – Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamentos de arrendamentos de contratos de forma diferente.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- IFRS 14 Contas Regulatórias de Diferimento;
- Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto (alteração do IFRS 11);
 Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Plano de Beneficio Definido: Contribuição de empregados (alteração da IAS 19).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

8 Gerenciamento de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez e (v) risco de preço de *commodities*.

A gestão de risco é realizada segundo a Política de Gestão de Riscos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração.

(i) Risco cambial

Além da Companhia efetuar transações em moeda estrangeira (exportações de ferroligas e importações de coque reativo), as vendas no mercado interno possuem precificação atrelada ao mercado global de *commodities* convertido no momento da venda pelo US dólar do mês anterior. Como mais de 90% dos custos operacionais são em moeda local, este descasamento pode afetar a rentabilidade e a distribuição de dividendos da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia prevê um programa de *hedge* para o risco cambial proveniente de parte de seu faturamento, tanto no mercado externo, quanto no mercado interno.

Para fins de análise de sensibilidade requerida pela CVM, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio, conforme Relatório Focus emitido em 22 de janeiro de 2016, para 31 de dezembro de 2016, como cenário II (possível) uma valorização do Real em 25% frente ao US dólar e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do Real sobre a moeda estrangeira.

		2015	15 Cenario I			Cenario II		Cenario III	
	US\$	R\$	Taxa US\$	Ganho/ (perda) - R\$	Taxa US\$	Ganho/ (perda) - R\$	Taxa US\$	Ganho/ (perda) - R\$	
Contas a receber	5.094	19.886	4,19	1.458	3,14	(3.891)	2,09	(9.240)	

No caso dos instrumentos financeiros derivativos de hedge (NDF), consideramos que o impacto de uma desvalorização do Real sobre estes instrumentos precisa ser avaliado em conjunto e será mais do que compensado pelo aumento das receitas com vendas indexadas ao US dólar.

		2015		Cenário I		Cenário II		Cenário III
			Taxa	Ganho/	Taxa	Ganho/	Taxa	Ganho/
	US\$	R\$	US\$	(perda) - R\$	US\$	(perda) - R\$	US\$	(perda) - R\$
Instrumento financeiro								
de hedge	174.000	634.073	4,19	(94.987)	5,24	(277.687)	6,28	(458.647)

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente às operações da Companhia, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o período.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. Como parte substancial das obrigações da Companhia é indexada a índices inflacionários pós-fixados (IPC-A ou IGP-M), as aplicações financeiras são mantidas indexadas ao CDI (taxa pós-fixada com influência de expectativa inflacionária).

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia considera como cenário I (provável) a média da taxa básica de juros de 14,84% ao ano, conforme Relatório Focus de 22 de janeiro de 2016, para 31 de dezembro de 2016. Na projeção do cenário II (possível) a taxa básica foi reduzida em 25% e no cenário III (remoto) em 50%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 2015 – a.a.	Cenário I Provável	Cenário II Redução 25%	Cenário III Redução 50%
Média taxa básica de juros – (% aa)	14,25	14,84	11,13	7,42
Saldo de aplicações financeiras	65.099	80.249	76.462	72.674
Efeito líquido		15.150	11.363	7.575

Sensibilidade gerada apenas com base na oscilação da taxa de juros, ou seja, desconsiderando outras variáveis sobre o saldo aplicado.

(iii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contras partes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação da dificuldade de recebimento de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos a Companha trabalha com instituições financeiras de primeira linha.

O risco de crédito de clientes é monitorado rigorosamente e não há histórico material de perdas.

(iv) Risco de liquidez

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns poucos clientes e foram representativos em 2015, no mercado interno Aperam Inox e Magoteux Brasil e, no mercado externo Traxys e Marubeni Corporation. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Através de uma postura mais conservadora, a Companhia mantem aplicações com liquidez imediata e limita a contratação de novos empréstimos a 0,5 x EBITDA anual do orçamento, salvo autorização do Conselho de Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Risco de preço do commodities

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende fazer parte da natureza do seu negócio a exposição a este risco e não há no momento mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

(vi) Outros fatores de risco senão financeiros

Riscos regulatórios e ambientais: a Companhia esta sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades na qual opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos climáticos: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares nas áreas de plantio.

Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja plantado para consumo próprio (carvoejamento), a Companhia está sujeita aos impactos no lucro líquido e, consequentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto, etc. As premissas são revisadas anualmente para antever possíveis impactos.

Risco de manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS há um benefício denominado Desenvolve que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos sejam julgados inconstitucionais ou mesmo não renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.

Risco de energia elétrica: por ser eletrointensiva a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. Para minimizar a exposição ao fornecimento de energia ou aumento significativamente dos preços, a Companhia mantem contrato de longo prazo com a CHEF. Em 31 2015, a Companhia juntamente com outras empresas eletrointensivas do Nordeste, assinaram prorrogação do contrato, cujo prazo se estendeu até o ano de 2037.

Risco de logística de transporte: O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até à planta metalúrgica, localizada no Município de Pojuca, no Estado da Bahia. Este transporte é primordialmente realizado por modal ferroviário, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A eventual descontinuidade na prestação dos serviços de transporte pela concessionária obrigará a Companhia a buscar alternativas economicamente viáveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos Aplicações em CDB (i) Fundos de investimento (ii)	755 20.674	3.908 118 37.082	867 3.587 36.187	4.080 118 50.482
	21.429	41.108	40.641	54.680

- (i) Certificado de Depósito Bancário CDB, cuja remuneração média é de 100% do Certificado de Depósito Interbancário CDI (2014 95%).
- (ii) Títulos através de fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+1 (um dia após solicitação de resgate). Os juros médios na marcação à mercado são entre 95% e 116% do CDI, (2014 entre 98% e 106%).

10 Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Circulante Fundos de investimentos (i)	26.247	156.141	42.178	193.6 <u>53</u>
Não circulante Fundos de investimentos (i) Letras financeiras (ii)	18.077		18.077 19.208	
Aplicações em CDB (iii)	101	12.191	101	12.191
	18.178	12.191	37.386	12.191
Total das aplicações financeiras	44.425	168.332	79.564	205.844

- (i) Operações em títulos, cujos vencimentos superam 90 dias e remuneração média é entre 98% e 106% do CDI. Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços num evento de liquidez, sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa. Os fundos de investimento classificados no circulante possuem vencimento previsto entre 02 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
- (ii) Letras financeiras com remuneração média entre 104% e 106% do CDI e prazo mínimo de liquidação após dois anos.
- (iii) Aplicação financeira vinculada a carta de fiança, com taxa de remuneração em torno de 90% do CDI, para garantia de energia. O saldo de 2014, refere-se à aplicações vinculadas a um processo judicial de ICMS e fornecedor de energia, resgatadas em julho e setembro de 2015.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Contas a receber de clientes

		Controladora e Consolidado		
	201 <u>5</u>	2014		
Mercado interno Mercado externo	133.160 19.886	100.245 3.521		
	153.046	103.766		

As contas a receber de mercado externo são em U.S. dólar, as quais são convertidas para reais na data da elaboração das demonstrações financeiras.

Devido ao curto prazo de vencimento do contas a receber (média 45 dias), a Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Abaixo demonstramos o contas a receber por idade de vencimento:

		Consolidado Consolidado		
	2015	2014		
A vencer Vencidas de 0-30 dias Vencidas de 31-60 dias Vencidas há mais de 60 dias	149.544 2.887 214 401	100.609 2.891 78 188		
	153.046	103.766		

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 14. Para saldos vencidos e não provisionados no total de R\$ 3.502 (2014 - R\$ 3.157), a Companhia acredita que não existe risco de recuperação.

12 Estoques

_		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Produtos acabados (i)	292.939	173.857	292.939	173.857
Matérias-primas	37.777	57.775	37.830	57.828
Minério de cromo	50.396	26.195	50.396	26.195
Materiais para manutenção (ii)	29.490	36.770	29.547	36.826
Outros	891	4.972	891	4.973
	411.493	299.569	411.603	299.679
Não circulante				
Materiais para manutenção (ii)	32.532	24.587	32.532	24.587
(-) Provisão para obsolescência (ii)	(14.450)	(11.218)	(14.450)	(11.218)
	18.082	13.369	18.082	13.369
	429.575	312.938	429.685	313.048

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O aumento registrado no saldo dos produtos acabados para 31 de dezembro de 2015 é justificado principalmente: (i) reflexo do plano de estocagem do 1º semestre; (ii) redução de demanda nos mercados domésticos e externo; e, (iii) aumento do custo de produção em função do preço de energia.
- (ii) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo. A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro, quando não há previsão de utilização nos próximos períodos.

13 Tributos a recuperar

Tibutos a recuperar		Controladora	Consolidad		
	2015	2014	2015	2014	
Circulante					
COFINS e PIS a recuperar	5.324	17.955	5.329	17.959	
IRPJ e CSLL	1.598	5.108	2.039	5.680	
ICMS a recuperar	123	12	124	14	
Outros	413	412	413	412	
	7.458	23.487	7.905	24.065	
Não circulante					
ICMS a recuperar	8.739	9.979	8.739	9.979	
COFINS e PIS a recuperar			161	323	
Outros	65	65	65	65	
	8.804	10.044	8.965	10.367	
	16.262	33.531	16.870	34.432	

Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o registro de créditos fiscais de PIS e COFINS no montante de R\$ 16.845 e ICMS CIAP no montante de R\$ 4.538. Os créditos foram apurados com suporte de consultoria especializada, revisando as aquisições para o ativo imobilizado dos últimos cinco anos. A variação ocorrida durante o exercício de 2015 decorre da compensação dos créditos fiscais com impostos da mesma natureza e/ou com outros impostos federais a pagar.

14 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora e Consolidado
Circulante	31/12/2015
Adiantamentos a fornecedores de energia (i)	2.000
Adiantamentos a fornecedores de energia - CHESF (ii)	8.618
Não circulante	10.618
Adiantamentos a fornecedores de energia (i)	14.000
Adiantamentos a fornecedores de energia - CHESF (ii)	51.711
	65.711
	76.329

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se a um adiantamento de contrato de energia, realizado em fevereiro de 2015, para a qual será emitida mensalmente, a partir de 31 de janeiro de 2016, notas fiscais de remessa correspondendo ao valor de R\$ 167 ao mês em parcelas fixas e não ajustáveis durante oito anos. O valor adiantado corresponde a R\$ 16.000, aproximadamente 5% do total do contrato e está garantido por fiança bancária de instituição financeira de primeira linha;
- (ii) Refere-se ao desembolso previsto nos termos da Lei de nº 13.182/15, que autorizou a prorrogação dos contratos entre a CHESF e as indústrias eletrointensivas do Nordeste até o ano de 2037. O texto prevê: (i) uma redução dos volumes fornecidos em 30% até 08 de fevereiro de 2032; (ii) a partir de 09 de fevereiro de 2032 até 2037, redução de 1/6 do volume do ano anterior; (iii) um aumento real de 22,5% na tarifa em 1º de julho de 2015; (iv) um reajuste anual a partir de 1º de julho de 2016, conforme Index estabelecido, sendo 70% IPCA + 30% LTN e NTN-B; (v) o adiantamento de R\$ 65 milhões realizado no segundo semestre de 2015; e (vi) um desconto de 8,8% na tarifa entre os anos de 2016 a 2022, para compensar o adiantamento de 2015.

15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

		2015		2014
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão para causas judiciais	(32.102)	(32.102)	(23.158)	(23.158)
Provisão para perdas nos estoques (i)	(18.781)	(18.781)	(11.218)	(11.218)
Provisão para participação nos lucros (ii)	(20.616)	(20.616)	(13.010)	(13.010)
Provisão para passivo ambiental	(10.807)	(10.807)	(8.729)	(8.729)
Obrigações trabalhistas e atuariais (Nota 22)	(14.187)	(14.187)	(5.807)	(5.807)
Instrumentos financeiros de hedge (Nota 24)	(85.375)	(85.375)		
Outras provisões temporárias	(19.775)	(19. <u>775</u>)	(13.553)	(13.553)
Base de cálculo	(201.643)	(201.643)	<u>(75.475</u>)	(75.47 <u>5</u>)
IRPJ diferido à alíquota de 25%	48.984	48.984	17.442	17.442
CSLL diferida à alíquota de 9%	18.148	18.148	6.793	6.793
IRPJ/CSLL diferido ativo	67.132	67.132	24.235	24.235

- (i) Provisão de obsolescência relacionada aos itens de manutenção com baixo giro e provisão de inventários.
- (ii) Base para o cálculo da CSLL diferida. No caso do IRPJ, trata-se de diferença permanente. O valor das participações nos lucros dos Administradores é de R\$ 5.712 (2014 R\$ 5.706).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		2015		2014		
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		
Ativo imobilizado- <i>Deemed Cost</i> Ativos biológicos Depreciação acelerada	58.810 46.816 5.623	63.385 46.816 5.623	58.810 42.103 6.494	63.385 42.103 6.494		
Base de cálculo	111.249	115.824	107.407	111.982		
IRPJ diferido à alíquota de 25% CSLL diferida à alíquota de 9%	(27.813) (10.012)	(28.956) (10.42 <u>4</u>)	(26.852) (9.666)	(27.996) (10.0 <u>77</u>)		
IRPJ/CSLL diferido passivo	(37.825)	(39.380)	(36.518)	(38.073)		
IRPJ/CSLL diferido líquido	29.307	27.752	(12.283)	(13.838)		

A Administração, com base em análise individual das provisões, estima que os créditos fiscais, provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

		Controladora		Consolidado
	IRPJ	/CSLL - diferido	IRI	PJ/CSLL - diferido
Ano-calendário	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2016	47.741	614	47.741	614
2017	153	614	153	614
2018	153	614	153	614
2019	153	614	153	614
2020	153		153	
2021 em diante	18.779	35.369	18.779	36.924
	67.132	37.825	67.132	39.380

A projeção de realização do saldo está sujeita a não se concretizar caso as estimativas e incertezas utilizadas em sua elaboração na preparação das referidas informações trimestrais sejam divergentes quando sua efetiva realização.

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos períodos são:

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes do IRPJ/CSLL	188.799	100.995	191.387	103.353
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(64.192)	(34.338)	(65.072)	(35.140)
Juros sobre capital próprio	25.596	6.800	25.596	6.800
Equivalência patrimonial	1.321	1.273		
Doações	(634)	(452)	(634)	(452)
Outros	1.843	2.300	1.930	2.303
Incentivo fiscal SUDENE	20.493	14.831	20.493	14.831
	(15.573)	(9.586)	(17.687)	(11.658)
Resultado do IRPJ e CSLL			 -	
Incentivo fiscal SUDENE	20.493	14.831	20.493	14.831
Corrente	(51.389)	(30.453)	(53.503)	(32.525)
Diferido	15.323	6.036	15.323	6.036
Despesa de IRPJ e CSLL	(15.573)	(9.586)	(17.687)	(11.658)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) A parcela correspondente ao incentivo de redução do imposto de renda é reconhecida no resultado e ao final de cada exercício social é transferida de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal), não podendo ser distribuída aos acionistas.
- b) Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14, conversão da Medida Provisória (MP) nº 627, que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), dentre outras providências, vigentes a partir de 2015 podendo ser adotada de forma antecipada em 2014. A Companhia optou pela adoção antecipada dos efeitos da Lei nº 12.973/14 para o exercício de 2014 após estudo elaborado. Os principais impactos relacionados à adoção antecipada foram:
 - (i) Dividendos: com a adoção antecipada, os dividendos calculados com base nos resultados apurados até o fim do ano-calendário 2013 estão isentos de tributação.
 - (ii) Juros capitalizados: permite optar pela dedutibilidade dos juros capitalizados no ativo imobilizado na medida em que os juros são incorridos ou pela depreciação do ativo imobilizado a que foi alocado. Seu efeito fiscal é temporal, porém permite ser tomado o benefício da dedutibilidade do imposto de forma antecipada.

Comtraladora

Compolidado

Em função da modernização de empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia pleiteou o reconhecimento de benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, tendo em vista o término deste incentivo. Em 28 de dezembro de 2015, foi expedido Laudo Constitutivo de no 0200/2015, relativo à concessão de incentivos fiscais, na fabricação de ferroligas e seus subprodutos, pelo prazo de vigência do benefício de dez anos, com período de fruição (ano calendário) de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024.

16 Depósitos judiciais

	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	ontroladora		Consonaaao
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas Fiscais	1.837 1.394	1.692 1.296	1.846 1.481	1.701 1.38 <u>3</u>
	3.231	2.988	3.327	3.084

Refere-se a depósitos associados a processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos, com probabilidade de perda remota ou possível.

17 Investimentos

Objetivando transferir os benefícios de jazidas, terras e outros bens de propriedade de empresas controladas, a Companhia optou por arrendar estes ativos de forma a manter todos os custos e despesas de responsabilidade da Companhia. Com esta configuração não incidem ineficiências tributárias e operacionais sobre transações intragrupo enquanto ao mesmo tempo não é preciso reorganizar a estrutura societária ou solicitar transferências aos órgãos reguladores (INCRA, DNPM, etc.). A seguir, breve comentário sobre as controladas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-BA, fruto de parceria tecnológica com a Marubeni Corporation, empresa Japonesa, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferro silício de alta pureza e a *Japan Metals & Chems* - JMC. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato de arrendamento é renovado anualmente.

A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, à Companhia, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

A Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora") tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de carvão vegetal. Desde novembro de 1997 a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

A Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal"), tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas de calcário para produção de cal. Desde novembro de 1997 a Damacal encontrase arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

	Participação - %	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas		Lucro ou (Prejuízo)	Participação da Companhia no PL das controladas	Participação da Companhia no resultado das controladas (equivalência patrimonial)
31 de dezembro de 2014 Silbasa			-0			(0)	-0-	. /	
Jacurici	51,26 100	9.249 46.213	28	9.221	1.429	(842) (2.901)	587	4.655	301
Reflora	99,96	2.921	3.039 4	43.174 2.917	6.346 249	(340)	3·445 (91)	43.174 2.917	3·445 (90)
Damacal/Projetos	100	2.122	277	1.845	161	(72)	89	1.843	89
								52.589	3.745
31 de dezembro de 2015									
Silbasa	51,26	10.192	369	9.823	1.711	(738)	973	5.036	499
Jacurici Reflora	100	47.866	4.711	43.155	5.798	(2.603)	3.195	43.155	3.195
Retiora Damacal	99,96 100	2.999 2.211	9 261	2.990 1.950	330 171	(257) (54)	73 117	2.990 1.950	73 117
Damacai	100	2.211	201	1.950	1/1	(54)	11/	1.950	
								53.131	3.884
A movimentação dos inves	stimentos é como	segue:							
				Silbasa	Jacurici _	Reflo	ra Dan	nacal/Projetos	Total
Saldos em 31 de dezembro d	le 2013			4.425	41.584	3.0	07	1.754	50.770
Dividendos				(71)	(1.855)				(1.926)
Equivalência patrimonial				301	3.445	(90)	89	3.745
					3.443		90)		
Saldos em 31 de dezembro d	le 2014			4.655	43.174	2.0	<u> </u>	1.843	52.589
Dividendos				(118)	(3.214)				(3.332)
Equivalência patrimonial				499	3.195		73	117	3.884
Baixas projetos								(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro d	le 2015			5.036	43.155	2.9	90	1.950	53.131

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imobilizado

	Controladora			Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	
Terras para plantio (i)	115.419	115.419	115.571	115.571	
Terrenos	5.861	5.861	11.030	11.030	
Edificações	82.898	74.794	83.928	75.983	
Máquinas e equipamentos	232.572	220.312	232.772	220.550	
Veículos e tratores	16.476	17.919	16.476	17.919	
Móveis e utensílios	4.250	3.781	4.250	3.781	
Informática	2.095	2.370	2.106	2.385	
Desenvolvimento de minas (ii)	40.992	36.519	40.992	36.519	
Provisão fechamento das minas (iii)	4.577	5.507	4.577	5.507	
Em andamento e outros (iv)	102.256	76.624	103.721	78.089	
	607.396	559.106	615.423	567.334	

- (i) Terras utilizadas para o plantio de eucalipto destinado à produção de biorredutor, utilizadas na produção de ligas, com a área total de 64.070 hectares.
- (ii) Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.
- (iii) Gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2015, as imobilizações em andamento referem-se a construção e instalação de sistema de despoeiramento dos fornos, tratamento de efluentes, fornos retangulares para carvoejamento, dentre outros.

31 de dezembro de 2015

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	fechamento	Imobilizações em andamento, ntangível e outros	Total
	piantio	Terrenos	Lameayoes	equipamentos	tratores	utenamos	imormatica	- Millas	das iiiilas II	mangiver e outros	Total
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas e outros Reinvestimento	107.743 7.676	5.861	95.429 15.236	347-329 82.603 (1) (2.410)	62.631 3.788 (495)	6.767 1.815	6.043 1.400	55.520 7.838	9.823 397	117.083 (36.011)	814.229 84.742 (496) (2.410)
Recuperação de créditos fiscais (Nota 13)			(4.951)	(16.201)							(21.152)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	115.419	5.861	105.714	411.320	65.924	8.582	7.443	63.358	10.220	81.072	874.913
Adições e transferências Baixas e outros			12.296	35.706 (2 <u>3</u>)	5.251 (496)	1.620	474 (191)	6.964	231	26.725 17	89.267 (69 <u>3</u>)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	115.419	5.861	118.010	447.003	70.679	10.202	7.726	70.322	10.451	107.814	963.487
Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2013			(27.514)	(167.542)	(42.213)	(4.216)	(4.506)	(21.206)	(3.692)	(3.704)	(274.593)
Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13)			(3.606)	(26.687) 1.474 1.747	(6.278) 486	(585)	(567)	(5.633)	(1.021)	(744)	(45.121) 486 1.474 1.947
Saldo em 31 de dezembro de 2014			(30.920)	(191.008)	(48.005)	(4.801)	(5.073)	(26.839)	(4.713)	(4.448)	(315.807)
Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento			(4.192)	(24.157) 734	(6.664) 466	(1.151)	(747) 189	(2.491)	(1.161)	(1.110)	(41.673) 655 734
Saldo em 31 de dezembro de 2015			(35.112)	(214.431)	(54.203)	(5.952)	(5.631)	(29.330)	(5.874)	(5.558)	(356.091)
Saldos líquidos em:											
31 de dezembro de 2013	107.743	5.861	67.915	179.787	20.418	2.551	1.537	34-314	6.131	113.379	539.636
31 de dezembro de 2014	115.419	5.861	74.794	220.312	17.919	3.781	2,370	36.519	5.507	76.624	559.106
31 de dezembro de 2015	115.419	5.861	82.898	232.572	16.476	4.250	2.095	40.992	4-577	102.256	607.396
31 de dezembro de 2015	115.419 Terras para plantio	5.861 Terrenos	82.898 Edificações	232.572 Máquinas e equipamentos	16.476 Veículos e tratores	4.250 Móveis e utensílios	2.095	40.992 Minas	4-577 Provisão fechamento das minas		607.396 Consolidado Total
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas e outros Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13)	Terras para			Máquinas e	Veículos e	Móveis e			Provisão fechamento	Imobilizações em andamento,	Consolidado
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baïxas e outros Reinvestimento	Terras para plantio	Terrenos	Edificações 99.777 15.236	Máquinas e equipamentos 353.872 82.622 (1) (2.410)	Veículos e tratores 71-418 3.788	Móveis e utensílios 6.831	Informática 6.275	Minas 55-520	Provisão fechamento das minas 9.823	Imobilizações em andamento, intangivel e outros 118.496 (35-959)	Total 840.937 84.814 (496) (2.410)
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas e outros Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13)	Terras para plantio 107.895 7.676	Terrenos 11.030	Edificações 99.777 15.236 (4.951)	Máquinas e equipamentos 353.872 82.622 (1) (2.440) (16.201)	Veículos e tratores 71.418 3.788 (495)	Móveis e utensílios 6.831 1.815	Informática 6.275 1.401	Minas 55-520 7.838	Provisão fechamento das minas 9.823 397	Imobilizações em andamento, intangível e outros 118.496	Total 840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152)
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas e outros Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Adições e transferências	Terras para plantio 107.895 7.676	Terrenos 11.030	<u>Edificações</u> 99.777 15:236 (4.951) 110.062	Máquinas e equipamentos 353.872 82.622 (1) (2.440) (16.201) 447.882 35.706	Veículos e tratores 71.418 3.788 (495) 74.711 5.251	Móveise utensílios 6.831 1.815	Informática 6.275 1.401 7.676 474	Minas 55-520 7.838 63:358	Provisão fechamento das minas 9.823 397	Imobilizações em andamento, intangível e outros 118.496 (35-959) 82.537 26.725	Total 840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693 89.267
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas e outros Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Adições e transferências Baixas e outros	Terras para plantio 107.895 7.676	Terrenos 11.030	Edificações 99.777 15.236 (4.951) 110.062	Máquinas e equipamentos 353.872 82.622 (1.2.410) (16.201) 417.882 35.706 (23) 453.565 (173.828) (26.725)	Veículos e tratores 71.418 3.788 (495) 74.711 5.251 (496)	Móveis e utensilios 6.831 1.815		Minas 55.520 7.838 63.358 6.964	Provisão fechamento das minas 9.823 397 10.220 231	Imobilizações em andamento, intangível e outros 118.496 (35.959) 82.537 26.725 17	Total 840.937 84.844 (496) (2.410) (21.152) 901.693 89.267 (693) 990.262 (292.942) (45.324) 486 1-474
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas e outros Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Adições e transferências Baixas e outros Saldo em 31 de dezembro de 2015 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros	Terras para plantio 107.895 7.676	Terrenos 11.030	Edificações 99.777 15.236 (4.951) 110.062 12.296 122.358 (3.0.513) (3.766)	Máquinas e equipamentos 353.872 82.622 (1) (2.410) (16.201) 417.882 35.706 (23) 453.565 (173.828) (26.725) 1.474	Veículos e tratores 71.418 3.788 (495) 74.711 5.251 (496) 79.466 (51.000) (6.278) 486	Móveise utensílios 6.831 1.815 8.646 1.620 10.266 (4.280)		Minas 55.520 7.838 63.358 6.964 70.322 (21.206) (5.633)	Provisão fechamento das minas 9.823 397 10.220 231 10.451 (3.692) (1.021)	Imobilizações em andamento, intangível e outros 118.496 (35.959)	Total 840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693 89.267 (693) 990.262 (292.942) (45.324) 486 1.474 1.947
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas e outros Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Adições e transferências Baixas e outros Saldo em 31 de dezembro de 2015 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13)	Terras para plantio 107.895 7.676	Terrenos 11.030	Edificações 99.777 15.236 (4.951) 110.062 12.296 122.358 (3.0.513) (3.766)	Máquinas e equipamentos 353.872 82.622 (1.2.410) (16.201) 417.882 35.706 (23) 453.565 (173.828) (26.725)	Veículos e tratores 71.418 3.788 (495) 74.711 5-251 (495) 79.466 (51.000) (6.278)	Móveis e utensílios 6.831 1.815 8.646 1.620 10.266 (4.280) (585)		Minas 55-520 7.838 63-358 6-964 70.322 (21.206)	Provisão fechamento das minas 9.823 397 10.220 231 10.451	Imobilizações em andamento, intangivel e outros 118.496 (35.959) 82.537 26.725 17 109.279 (3.704)	Total 840.937 84.844 (496) (2.410) (21.152) 901.693 89.267 (693) 990.262 (292.942) (45.324) 486 1-474
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas e outros Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Adições e transferências Baixas e outros Saldo em 31 de dezembro de 2015 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2015 Depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros	Terras para plantio 107.895 7.676	Terrenos 11.030	Edificações 99.777 15:236 (4.951) 110.062 122.358 (30.513) (3.766) 200 (34.079) (4.351)	Máquinas e equipamentos 353.872 82.622 (2.410) (16.201) 417.882 35.706 (23) 453.565 (173.828) (26.725) 1.474 1.747 (197.332) (24.195)	Veículos e tratores 71.418 3.788 (495) 74.711 5.251 (496) (51.000) (6.278) 486 (56.792) (6.664) 466	Móveis e utensílios 6.831 1.815 8.646 1.620 10.266 (4.280) (585) (4.151)			Provisão fechamento das minas 9.823 397 10.220 231 10.451 (3.692) (1.021) (4.713)	Imobilizações em andamento, intangível e outros 118.496 (35.959) 82.537 26.725 17 109.279 (3.704) (744) (4.448) (1.110)	Total 840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693 89.267 (693) 990.267 (292.942) (45.324) 4.86 1.474 1.947 (334.359) (41.874) 655 734
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferéncias Baixas e outros Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Adições e transferências Baixas e outros Saldo em 31 de dezembro de 2015 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2015 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento	Terras para plantio 107.895 7.676	Terrenos 11.030	Edificações 99.777 15.236 (4.951) 110.062 12.296 122.358 (30.513) (3.766)	Máquinas e equipamentos 353.872 82.622 (1) (2.410) 417.882 35.706 (23) 453.565 (173.828) (26.725) 1.474 1.747 (197.332) (24.195)	Veículos e tratores 71.418 3.788 (495) 74.711 5.251 (496) 79.466 (51.000) (6.278) 486 (56.792) (6.664)	Móveis e utensílios 6.831 1.815 8.646 1.620 10.266 (4.280) (585)			Provisão fechamento das minas 9.823 397 10.220 231 10.451 (3.692) (1.021)	Imobilizações em andamento, intangível e outros 118.496 (35.959)	Total 840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693 89.267 (693) 990.267 (292.942) (45.324) 486 1.474 1.947 (334.359) (41.874) 655
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas e outros Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Adições e transferências Baixas e outros Saldo em 31 de dezembro de 2015 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2015 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento Saldo em 31 de dezembro de 2015	Terras para plantio 107.895 7.676	Terrenos 11.030	Edificações 99.777 15:236 (4.951) 110.062 122.358 (30.513) (3.766) 200 (34.079) (4.351)	Máquinas e equipamentos 353.872 82.622 (2.410) (16.201) 417.882 35.706 (23) 453.565 (173.828) (26.725) 1.474 1.747 (197.332) (24.195)	Veículos e tratores 71.418 3.788 (495) 74.711 5.251 (496) (51.000) (6.278) 486 (56.792) (6.664) 466	Móveis e utensílios 6.831 1.815 8.646 1.620 10.266 (4.280) (585) (4.151)			Provisão fechamento das minas 9.823 397 10.220 231 10.451 (3.692) (1.021) (4.713)	Imobilizações em andamento, intangível e outros 118.496 (35.959) 82.537 26.725 17 109.279 (3.704) (744) (4.448) (1.110)	Total 840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693 89.267 (693) 990.267 (292.942) (45.324) 4.86 1.474 1.947 (334.359) (41.874) 655 734

115,571 11.030 83,928 232.772 16.476 4.250 2.106 40.992 4.577 103.721 615,423

Controladora

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo demonstra a vida útil econômica dos ativos, as taxas anuais de depreciação foram calculadas pelo método linear, aplicáveis ao exercício de 2015:

	Vida útil anos
Máquinas e equipamentos	10
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática	5
Outros	9

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantias de processos, os quais totalizam R\$ 635 (2014 - R\$ 922), líquidos de depreciação.

19 Ativo biológico

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor que por sua vez é uma matéria-prima na fabricação de ferroligas de silício. As florestas encontram-se localizadas na Bahia. A Companhia possui a área total de 64.070 hectares, sendo que deste total, 25.648 hectares encontram-se plantados.

A conciliação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	2015	2014	
No início do exercício	172.939	175.089	
Plantios e manutenção	21.379	20.730	
Exaustão Variação de valor justo	(30.894) 25.478	(29.598) 6.718	
No final do exercício	188.902	172.939	

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de 6 a 7 anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço no mercado regional, através de estudo realizado por empresa especializada e independente, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros, considerando o cenário de preços de destinação do eucalipto para produção de madeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo.

Principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Área de efetivo plantio (hectare)	25.648	25.648
Incremento médio anual (IMA) – st/hectare	49,70	54,55
Preço médio de venda – R\$/m3	57,04	51,30
Remuneração da terra própria – R\$/hectare	450,00	462,00
Taxa de desconto - %	14,68%	11,50%

A Companhia possui 5.531 hectares de ativos biológicos dados em garantia para financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) referente à linha de crédito de R\$ 16.578. Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$ 3.660 desta linha em consonância ao cronograma de plantio.

Os valores justos dos ativos biológicos foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13/ CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

20 Fornecedores

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Energia elétrica (Nota 14) Matéria-prima e insumos Outros fornecedores	28.595 20.244 18.943	13.990 10.802 20.659	28.595 20.244 18.943	13.990 10.802 20.647
	67.782	45.451	67.782	45.439

21 Empréstimos e financiamentos

	Controlade	ora e Consolidado
Circulante	2015	2014
Financiamentos (i) Leasing	1.226 	957 469
Não circulante	1.963	1.426
Financiamentos (i) Leasing	15.865	11.933 318
	<u> 15.865</u>	12.251
	17.828	13.677

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo demonstra os saldos, custos e vencimentos dos empréstimos:

Modalidade	Vencimentos	Encargos a.a.	Amortização	Garantias
FINAME	2022	2,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	2023	2,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	2023	3,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	2023	4,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	2024	6,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINEM	2022	TJLP + 1,52%	Mensal	Hipoteca de terreno

A Companhia possui em seus contratos, cláusulas restritivas não financeiras que foram cumpridas na data base das demonstrações financeiras.

Obrigações trabalhistas e atuariais

	Controladora			Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	
Circulante					
Salários e encargos	11.771	11.767	11.808	11.774	
Provisões trabalhistas e encargos	18.960	16.438	18.960	16.438	
Participações nos lucros	20.616	13.010	20.616	13.010	
Não circulante	51.347	41.215	51.384	41.222	
Obrigações trabalhistas e atuariais	14.187	5.807	14.187	5.807	
	65.534	47.022	65.571	47.029	

O estatuto social da Companhia estabelece que do resultado do exercício, serão destinados até 10% para distribuição aos empregados e até 10% para gratificação aos administradores. No exercício de 2015 a Companhia provisionou participações a administradores e empregados, sendo R\$ 14.904 (2014 - R\$ 7.304) relativos aos empregados e R\$ 5.712 (2014 - R\$ 5.706) relativos aos administradores.

A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar, administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A..

A Companhia estipula ainda benefício pós-emprego adicional para colaboradores que recebem salário abaixo do teto previdenciário e que tenham trabalhado na Companhia por pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos. Trata-se de um aporte único pago ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício. Para este grupo, a Companhia procedeu um cálculo de expectativa do valor justo e possui provisão em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 898 (2014 - R\$ 6.101).

Adicionalmente a Companhia assegura a seus colaboradores que se aposentam ou que são desligados sem justa causa, o direito de permanecer no plano de saúde empresarial. As condições de cobertura assistencial permanecem as mesmas quando da vigência do contrato de trabalho, desde que o optante assuma o pagamento integral do referido plano. O montante registrado pela Companhia no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 como despesas foi de R\$ 13.289.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Premissas atuariais
Taxa de desconto real - % a.a.	7,20
Taxa esperada de inflação - % a.a.	8,47
Taxa de rotatividade - % a.a.	11,70
Crescimento real dos custos médicos - % a.a.	5,00
Crescimento de custos médicos por envelhecimento - % a.a.	3,00
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000
Permanência no plano após aposentadoria - % (subsídio indireto)	75,00
Elegibilidade à aposentadoria	60 anos de idade e 10 de contribuição

23 Obrigações fiscais

	Controladora			Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Circulante:				
IRPJ e CSLL	5.056	2.463	5.136	3.109
IPI	2.057	1.851	2.057	1.851
ICMS	1.875	3.237	1.875	3.237
IRRF a recolher	1.855	1.751	1.878	1.756
PIS e COFINS	847	1.705	887	1.894
Outros	854	1.604	854	1.625
	12.544	12.611	12.687	13.472
Não circulante:				
PIS e COFINS			87	87
			87	87
	12.544	12.611	12.774	13.559

24 Instrumento financeiro derivativo

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de vendas de dólar a termo (*non deliverable forward* - "NDF") para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas tanto no mercado externo quanto no mercado doméstico, definido em política interna, aprovada pela Administração, conforme descrito na Nota 5.3.

A metodologia de determinação do valor das NDF é feita pela marcação a mercado utilizando taxas referenciais da BMF&Bovespa.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2015 designados para *hedge accounting* (hedge de fluxo de caixa) estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Contro	oladora e Consolidado
1	Instrumento de He	dge		Objeto de Hedge
Vencimentos	Operação	Nacional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2016	NDF	43.500	(21.868)	Vendas futuras
2º trimestre de 2016	NDF	43.500	(20.483)	Vendas futuras
3º trimestre de 2016	NDF	43.500	(20.525)	Vendas futuras
4º trimestre de 2016	NDF	43.500	(22.499)	Vendas futuras
		174.000	(85.375)	

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia procedeu com a avaliação de seus contratos (NDF) em aberto. O montante de R\$ 77.257 foi considerado efetivo, para fins de *hedge accounting* e registrado no patrimônio líquido. O montante de R\$ 8.118 foi considerado não efetivo e contabilizado no resultado.

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2014 não designados para *hedge accounting* (hedge de fluxo de caixa) estão demonstradas no quadro abaixo:

			Con	ntroladora e Consolidado
	Instrumento de Hedg	ge		Objeto de Hedge
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2015	NDF	24.500	(2.484)	Vendas futuras
2º trimestre de 2015	NDF	12.161	460	Vendas futuras
3º trimestre de 2015	NDF	11.871	436	Vendas futuras
4º trimestre de 2015	NDF	10.655	386	Vendas futuras
		59.187	(1.202)	

25 Provisão para fechamentos de minas

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e desmobilização dos ativos atrelados às operações das minas. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

As taxas de juros anuais de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2015 foi de 14,68% (2014 - 11,50%). A movimentação da provisão está demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
No inicio do exercício	14.236	13.487
Adição	231	397
Baixa	(656)	(147)
Atualização monetária	1.573	499
No final do exercício	<u> 15.384</u>	14.236

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Provisão para contingências

A administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

		Controladora e	
	Possível	Provável	Total
Tributária / Administrativa Trabalhistas Cíveis	27.940 248 380	25.970 4.272 1.860	53.910 4.520 2.240
	28.568	32.102	60.670
Duocessas provisionedes e com visco de	nanda nuarrárrali		

(a) Processos provisionados e com risco de perda provável:

	Controlador a e Consolidado	
	2015	2014
Administrativa/Tributárias:		
CFEM (i)	9.167	8.091
PIS e COFINS (ii)	8.669	8.635
Tarifas CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	5.744	
Outros	2.390	99
Trabalhistas:		
Horas in itinere (iii)	2.571	2.526
Outros trabalhistas (iv)	1.701	1.204
Cíveis:		
Desconstituição de escritura de terra (v)	1.309	1.433
Outros	551	1.170
	32.102	23.158

Controladora a Consolidado

- (i) CFEM: A Companhia foi notificada em julho de 2007 pelo DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral para quitar suposto débito por recolhimento indevido da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais entre janeiro de 1991 a dezembro de 2005. Os principais itens em discussão são (a) o marco de incidência, sendo considerada pelo DNPM a etapa posterior aos fornos elétricos de redução enquanto a Companhia considera a etapa de sinterização do minério; e (b) prescrição/decadência. A Companhia apresentou suas defesas/ recursos administrativos requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança. Superada a fase administrativa, a Companhia intentará ação judicial requerendo a anulação dos respectivos autos, instância onde as chances de êxito são maiores. Embora os autos totalizem R\$ 68.081, a Companhia entende que parte substancial dessa autuação possui risco remoto. Com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou provisão de R\$ 9.167 (2014 R\$ 8.091) para cobrir a parcela do questionamento que acredita ser provável para suprir eventual desembolso de caixa.
- (ii) PIS e COFINS: A Companhia foi autuada por compensar PIS e COFINS dos anos base 1998 e 2000 com outros tributos federais. O risco atualizado destes autos totaliza de R\$ 326 (2014 R\$ 2.569). Baseada na posição dos seus assessores jurídicos, a Companhia provisionou a parcela de risco considerada provável, que totaliza R\$ 143 (2014 R\$ 1.109). Além desta autuação, a Companhia provisionou R\$ 8.526 (2014 R\$ 7.526) referente a uma avaliação de risco realizada por um escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Horas *in itinere*: O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação requerendo o reconhecimento das horas de transporte de/para a mineração (*in itinere*), bem como está requerendo o pagamento de dano moral coletivo. Embora o valor dado à causa totalize R\$ 26.000, a Companhia julga que o risco é remoto para o questionamento, mas registrou provisão de R\$ 2.571 (2014 R\$ 2.526) que considera ser suficiente para um risco provável de perda em face da sentença de primeiro grau.
- (iv) Outros trabalhistas: A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). São ao todo 185 processos em 31 de dezembro de 2015 e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável na sua totalidade ou em parte é de R\$ 1.701 (2014 R\$ 1.204).
- (v) Desconstituição de escritura de terra: A Companhia adquiriu, de boa fé, imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$ 1.309 (2014 R\$ 1.433) para fazer face aos prováveis riscos envolvendo esta discussão.

Movimentação das provisões:

			Controladora e Co	<u>onsolidado</u>
	Trabalhistas	<u>Tributárias</u>	Cíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	2.014	17.117	1.480	20.611
Novos processos/complementos	2.387	1.611	1.123	5.121
Reversões		(3.395)		(3.395)
Baixa por pagamento	(671)			(671)
Atualizações monetárias		1.492		1.492
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.730	16.825	2.603	23.158
Novos processos/complementos	792	8.050	427	9.269
Reversões	(111)	(980)	(1.170)	(2.261)
Baixa por pagamento	(139)			(139)
Atualizações monetárias		2.075		2.075
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.272	25.970	1.860	32.102

(b) Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados:

Administrativos tributários: A Companhia responde a uma série de questionamentos envolvendo pagamentos considerados indevidos ou a maior, grande parte em função de diferenças entre demonstrativos e obrigações acessórias. A Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 17.596.

Compensação saldo negativo CSLL: A Companhia discute a utilização de créditos para compensar outros tributos federais (Per/Dcomp) junto à Delegacia da Receita federal de Camaçari. A Companhia entende que existe uma parcela de risco possível no valor de R\$ 3.567.

PIS e COFINS: No caso das autuações supracitadas relacionadas ao PIS e a COFINS dos anos base 1998 e 2000, a diferença entre o risco total e a parcela de risco provável totaliza R\$ 6.777, sendo esta parcela considerada risco possível.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas: Aproximadamente 10 processos movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária para os quais os advogados externos entendem que a perda é possível. O risco estimado destes processos é R\$ 248.

Cíveis: A Companhia possui 2 processos de ações indenizatórias por danos morais e reintegração de posse. O risco é considerado possível e totaliza R\$ 380.

A Companhia possui ainda quatro ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sendo que três encontram-se em fase de discussão judicial (valor das indenizações) e uma está em fase de levantamento/vistoria. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em Títulos da Dívida Agrária (TDA's).

27 Saldos e transações com partes relacionadas

		Resultado	A	tivo circulante			Passivo circulante
	Custos com arrendamento (i)	Receita de vendas (ii)	Contas a receber de clientes (iii)	Dividendos a receber (iv)	Fornecedores	Dividendos Propostos (v)	Juros sobre o _capital próprio(v)
Controladas							
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A Silbasa Mineração Vale do Jacurici S.A. Reflorestadora e Agrícola S.A. Indústria de Minérios Damacal Ltda.	840 360 60 36			118 3.214			
Parte relacionada Marubeni Corporation		144.190	1.744				
Total em 31 de dezembro de 2015	1.296	144.190	1.744	3.332			
Total em 31 de dezembro de 2014	1.296	111.665	2.764	889	21	314	2.974

- (i) Trata-se de arrendamento das operações das empresas controladas.
- (ii) Receita por venda de ligas (FeSi 75) à vinculada no exterior.
- (iii) Contas a receber por venda de ligas (FeSi 75) à vinculada no exterior.
- (iv) Dividendos a receber sobre o resultado apurado no exercício de 2014.
- (v) Dividendos e juros sobre o capital próprio vinculados ao exercício de 2014 e pagos em 2015.

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores:

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Salários Encargos sociais Beneficios Participação nos lucros (i)	7.283 1.459 778 5.712	6.407 1.630 390 5.706	7.774 1.556 778 5.712	6.440 1.637 390 5.706
	15.232	14.133	15.820	14.173

(i) Em 2015, a Companhia passou a realizar mensalmente pro rata, provisão para a participação nos lucros para os administradores.

28 Patrimônio líquido

a) Capital Social

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de março de 2015 aprovou o aumento do capital social de R\$ 1.045.478 para R\$ 1.102.073, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 56.595. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações. O capital subscrito e integralizado está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias e 58.880 mil ações preferenciais, assim distribuídos:

		2015		2014
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Fundação José Carvalho	29.086.696	18.115.600	29.086.696	15.416.000
VBI Fundo Investimento	6.600	4.661.500		11.342.600
Fundos Fator Sinergia IV		1.709.700		4.628.000
Norges Bank		2.649.600		5.519.333
Outros acionistas	306.704	28.560.300	313.304	20.784.367
Ações em tesouraria	40.000	3.183.300	40.000	1.189.700
	29.440.000	58.880.000	29.440.000	58.880.000

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Ações em tesouraria

Está em vigor um programa de recompra de ações PN até o limite de 10% das ações em circulação (4.346.400 PN). Em 31 de julho de 2015, através de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a extensão do programa de recompra até 30 de julho de 2016.

Até 31 de dezembro de 2015, a tesouraria adquiriu 3.183.300 PN a um custo médio de R\$ 8,07 por ação. Durante o exercício de 2015 foram adquiridas 1.993.600 PN a um custo médio de R\$ 7,28.

As ações preferenciais em tesouraria têm como objetivo a posterior alienação ou cancelamento. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação em BM&FBOVESPA é como segue:

		2015		2014
	PN	ON	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria	3.183.300	40.000	1.189.700	40.000
Cotação por ação na BM&FBOVESPA - R\$ por ação	7,06	9,00	8,69	18,20

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

c) Reservas de lucros

- (i) A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros.
- (ii) A reserva de lucros incentivo fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída a acionistas. Esta reserva contempla também valor de reinvestimento do imposto de renda.
- (iii) Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial" mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

O saldo mantido pela Companhia corresponde à adoção do custo atribuído do ativo imobilizado ("deemed cost") para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009; variação cambial de venda de dólar a termo "NDF" (nota explicativa 24).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controlado	Controladora e Consolidado		
	2015	2014		
Custo atribuído imobilizado (terras) Ajustes instrumentos financeiros líquido dos impostos	41.834 (50.990)	41.834		
	(9.156)	41.834		

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

A administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos conforme demonstrado a seguir:

 (=) Lucro líquido do exercício (-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido) (-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE e reinvestimento) 	2015 173.226 (8.661) (21.227)	91.409 (4.570) (16.305)
(=) Lucro base ajustado para distribuição de dividendos	143.338	70.534
Juros sobre o capital próprio Ações ordinárias Ações preferenciais	15.040 31.567 46.607	6.470 14.16 <u>3</u> 20.63 <u>3</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	33%	29%
Juros sobre capital próprio adicional proposto Ações ordinárias Ações preferenciais	9.298 19.377	
Total juros sobre cenital próprio	<u>28.675</u>	00 600
Total juros sobre capital próprio	75.282	20.633
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	53%	29%

Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 15%. No intuito de garantir aos acionistas não imunes e ou não isentos os mesmos benefícios que teriam, caso auferissem remuneração, sob a forma de dividendos, foi acrescido o montante referente ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Lucro por ação

Conforme definido pelo CPC 41 - "Resultado por Ação", o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período de três meses atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

	Operaçã	ões continuadas
	2015	2014
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	173.226	91.409
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Lucro das operações atribuível as ações ordinárias as ações preferenciais Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):	56.171 117.055	28.941 62.468
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas preferenciais emitidas	29.400.000	29.400.000
Resultado básico/diluído por ação (em R\$) as ações ordinárias as ações preferenciais	1,9106	57.690.300 0,9844 1,0828
as ações preferenciais	2,1016	1,0626

30 Receita líquida de vendas

1		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	913.933	859.309	913.933	859.309
Mercado externo (i)	246.460	162.024	246.460	162.024
Doducãos do condos	1.160.393	1.021.333	1.160.393	1.021.333
Deduções de vendas Devoluções e abatimentos	(14.801)	(2.459)	(14.801)	(2.459)
	` .			
Impostos sobre vendas (ii)	(209.243)	(190.508)	(209.362)	(190.627)
	(224.044)	(192.967)	(224.163)	(193.086)
	936.349	828.366	936.230	828.247

- (i) Aumento de 13% no volume em comparação ao ano de 2014, com destaque para o ferrocromo baixo carbono.
- (ii) A Companhia usufrui de incentivo denominado "ICMS DESENVOLVE" que dilata o prazo de pagamento de parte do imposto devido, mas concede desconto se pago a vista. Em maio de 2015 a Companhia obteve extensão do incentivo até o ano de 2027. A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi de R\$ 13.226 (2014 R\$ 19.786).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Despesas por natureza - operacionais, custos dos produtos vendidos e outras líquidas

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Custo dos produtos vendidos (i) Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Outras receitas (despesas), líquidas	(608.234) (11.056) (89.229) (37.390)	(652.411) (11.087) (73.543) (25.002)	(607.127) (11.056) (90.034) (37.804)	(651.298) (11.087) (73.942) (24.352)
	(745.909)	(762.043)	(746.021)	(760.679)

Abaixo demonstramos a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

	Controladora			Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos Despesas com prestação de serviços Despesas com pessoal (ii) Despesas com aluguel de equipamentos Despesas com manutenção e reparos Despesas depreciação e exaustão Provisões de contingências	(322.798) (55.241) (238.782) (7.768) (29.634) (54.111) (7.008)	(347.986) (49.877) (230.209) (6.980) (26.339) (59.056) (1.726)	(323.297) (55.241) (238.194) (7.768) (29.634) (54.312) (7.008)	(346.460) (49.877) (230.209) (6.980) (26.339) (59.218) (1.726)
Combustíveis e lubrificantes Outras receitas (despesas)	(8.943) (21.624)	(8.462) (31.408)	(8.943) (21.624)	(8.462) (31.408)
	(745.909)	(762.043)	(746.021)	(760.679)

- (i) Nos custos dos produtos vendidos incluem:
 - (a) Custo com a energia elétrica para o consumo nos 14 fornos elétricos. Além dos fornos elétricos, há consumo de energia nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem nas minerações.
 - (b) A Companhia importa coque metalúrgico ("met coke") reativo (commodity disponível no mercado internacional) para a produção de ferrocromo.
 - (c) Custo com transporte de minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso) e a metalurgia (Pojuca-BA), por modal ferroviário.
- (ii) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo demonstramos a abertura por natureza das outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora			Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Êxito processo Eletrobrás (i)		4.388		6.346
Venda de ativos	353	255	353	255
Política de sucessão (ii)	(3.228)	(13.576)	(3.228)	(13.576)
Benefícios pós-emprego (Nota 22)	(14.187)		(14.187)	
Impostos e contribuições	(1.949)	(2.272)	(1.949)	(2.272)
Responsabilidade social e empresarial	(1.807)	(1.758)	(1.807)	(1.758)
Provisões de contingências (Nota 26)	(7.008)	(1.726)	(7.008)	(1.726)
Outras despesas operacionais líquidas	(9.564)	(10.313)	(9.978)	(11.621)
	(37.390)	(25.002)	(37.804)	(24.352)

- (i) Refere-se a restituição da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás do período de janeiro de 1977 a fevereiro de 1994, cujo êxito parcial (transitado em julgado) ocorreu em setembro de 2013. Iniciada a execução, a Eletrobrás efetuou o depósito da parte incontroversa em dezembro de 2014, sendo o mesmo realizado na conta corrente da Companhia e de suas controladas. A execução judicial dos valores apresentados em liquidação continua em curso.
- (ii) A Companhia iniciou em 2013 um plano sucessório de seus administradores (conselheiros e diretores). Esses gastos são registrados nesta rubrica contábil na medida em que os administradores são formalmente informados quanto aos desligamentos e movimentações, calculados com base na legislação trabalhista e gratificação por tempo de serviço.

32 Resultado financeiro

		Controladora	Consolidado		
	2015	2014	2015	2014	
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras	22.125	24.582	28.931	29.598	
Variação cambial	4.511	1.812	4.511	1.812	
Variação cambial derivativos (Nota 24)	1.202		1.202		
Outras receitas	2.890	2.221	2.917	2.255	
	30.728	28.615	37.561	33.665	
Despesas financeiras					
Variação cambial derivativos (Nota 24)	(53.023)		(53.023)		
Variação cambial	(3.216)	(1.642)	(3.216)	(1.642)	
Atualização provisão para fechamento das minas	(1.573)	(499)	(1.573)	(499)	
Juros pagos ou incorridos	(1.271)	(404)	(1.273)	(406)	
Juros sobre adiantamento de contrato de cambio	(92)		(92)		
Outras	(2.556)	(1.861)	(2.684)	(2.051)	
	(61.731)	(4.406)	(61.861)	(4.598)	
	(31.003)	24.209	(24.300)	29.067	

33 Segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmento de ligas de cromo - envolve as operações de ferroligas de cromo alto e baixo carbono.

Segmento de silício - envolve as operações de ferroligas de silício 75 especial e o silício 75 standard.

Outros segmentos incluem - atividade florestal, com venda de madeira em pé e atividades de mineração com venda de areia de cromita, cal virgem e cal hidratada.

Informações consolidadas dos segmentos operacionais.

	Ligas de cromo		Ligas de silício		Outros segmentos		Total	
<u>-</u>	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vendas líquidas Mercado interno Mercado externo	498.151 79.905	442.175 32.359	148.158 165.240	193.660 126.281	44.776	29.183 4.589	691.085 245.145	665.018 163.229
	578.056	474-534	313.398	319.941	44.776	33.772	936.230	828.247
Custo dos produtos vendidos	(394.363)	(367.303)	(176.529)	(223.710)	(36.235)	(60.285)	(607.127)	(651.298)
Variação do valor justo ativos biológicos				6.718	25.478		25.478	6.718
Lucro bruto	183.693	107.231	136.869	102.949	34.019	(26.513)	354.581	183.667
Despesas operacionais	(85.757)	(62.669)	(46.494)	(42.252)	(6.643)	(4.460)	(138.894)	(109.381)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	97.936	44.562	90.375	60.697	27.376	(30.973)	215.687	74.286
Vendas de produtos (toneladas) Mercado interno	125.544	135.438	34.005	52.330	1.418	1.467	160.967	189.235
Mercado externo	13.424	9.069	30.686	30.072	1.410	1.40/	44.110	39.141
-	138.968	144.507	64.691	82.402	1.418	1.467	205.077	228.376

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização da administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

34 Compromissos

A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamentos junto às controladas Reflora, Silbasa, Damacal e Jacurici. Nos contratos não há índices de correção. Anualmente ocorrem aditamentos, nos quais são estipulados os valores dos arrendamentos, os quais são vigentes até o próximo aditamento contratual. O montante de arrendamentos vigentes para o período de abril de 2014 a abril de 2015 totaliza R\$ 108 por mês. A despesa com arrendamento totalizou R\$ 1.296, nos exercícios de 2015 e de 2014.

35 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos e responsabilidade civil em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 30.753 (2014 - R\$ 29.990).

* * *